

**DEYSE CAVALCANTE**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA**

**GOIÂNIA**

**2023.1**

**DEYSE CAVALCANTE**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**Professor Orientador:** Dr. Antônio Evaldo Oliveira

**GOIÂNIA**

**2023.1**

**DEYSE CAVALCANTE**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO  
DO ESPECTRO AUTISTA – TEA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Prof.(a) Convidado(a):

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Nota Final \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2023

## **DEDICATÓRIA**

A Deus que me provê saúde para continuar lutando;  
A minha família, que me dá suporte necessário em prol do meu desenvolvimento pessoal e profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Evaldo Oliveira, que com mansidão e paciência guiou para produção deste trabalho;

Aos meus colegas de trabalho, com as quais constantemente aprendo sobre inclusão.

“Inclusão não é colocar um aluno especial juntos com os demais, mas sim incluir o mesmo a turma sem medir seus limites. Suas limitações não definem sua capacidade de desenvolvimento”.

- FERNANDO CASTELLARI -

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A INCLUSÃO: CONCEITO CONCEPÇÃO, PROCESSO, EVOLUÇÃO E</b>	
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO DA SALA DE AULA</b>	
<b>DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	21
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

# O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Deyse Cavalcante\*

Antonio Evaldo Oliveira\*\*

**RESUMO:** A seguinte pesquisa realiza um estudo bibliográfico e documental, na busca de conceitos e documentos legais para a construção teórica sobre o transtorno do espectro do autismo e a inclusão escolar, o objetivo é refletir sobre os principais pontos desta inserção inicial, as limitações, características, entre outras. Apesar das dificuldades de comunicação e ações cognitivas das crianças autistas, as experiências de profissionais comprometidos e capacitados têm mostrado que o processo de ensino poderá levar muito tempo, contudo, a escolarização dessas crianças poderá se tornar efetiva, o que deve ser trabalhado desde os primeiros momentos, requerendo sensibilização dos pais e capacitação dos educadores e da sociedade, dada a importância desta inserção inicial para a vida escolar da criança autista. No presente estudo foram selecionados autores que enfocam a ação de incluir as crianças para dialogar sobre como ela acontece e quais os processos necessários a serem norteadores da prática dos profissionais da educação, tendo em mente a responsabilidade que é dada a escola. A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. Mantoan (2007) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais - o que é muito difícil para um autista. O aluno com o TEA aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste pequeno texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo, (CARNEIRO, 2007). O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Conforme Carvalho (2004) e Sassaki (2006), essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo e uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo.

**Palavras-chave:** Processo de Inclusão Escolar. Transtorno em Criança com Espectro Autista. Currículo e Escola.

---

\* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: deypedagogia@gmail.com

\*\* Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: antonio.evaldo@uol.com.br



## INTRODUÇÃO

Na realidade, alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno. O Plano deverá, também, ser sequencialmente seguido, independentemente da série em que o aluno se encontre, já que o critério de inserção do aluno na sala de aula regular é a faixa etária do grupo.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem.

Nesta pesquisa que, engloba as teorias de diferentes autores que apontam sobre os direitos dos sujeitos da inclusão, é feito um paralelo com os direitos da criança da inclusão e define estratégias para que os entes responsáveis possam fazer cumprir o caráter inclusivo no ambiente escolar apesar de políticas públicas limitadas. Nesse sentido a busca por entender como a inclusão ocorre no contexto da sala de aula para a criança com autismo e de que forma o professor, como sendo maior responsável, pode colaborar para que a criança com autismo se desenvolva. Sendo assim, esta pesquisa, de cunho bibliográfico, levanta os seguintes objetivos para serem alcançados: situar o leitor sobre a importância da inclusão; situar sobre o que é autismo e autismo infantil; citar as leis que falam sobre a inclusão; sistematizar estratégias em favor da inclusão escolar; estruturar formas de incluir a criança com autismo em sala de aula; exemplificar como o processo de ensino deve acontecer para a criança com autismo.

Para que a inclusão escolar aconteça é necessário entender qual a sua importância e a influência que tem na vida da criança, por isso este trabalho orienta para o contexto escolar, alimentando o discurso de como as políticas públicas existentes podem ser utilizadas, também define estratégias para que essas ações

ocorram com a criança autista em sala de aula. Ao se fazer um paralelo das teorias teoria dos autores estudados e a prática observada no cotidiano com crianças com Transtorno do Espectro autista irão fomentar o diálogo. Nesse fazendo uma contribuição apontando maneiras em que o processo inclusivo pode acontecer.

A motivação para que esta pesquisa aconteça foi devido a situações vivenciadas no cotidiano de trabalho, onde partindo de observações da prática foi possível fazer comparativos do que é eficaz ou não para a criança com autismo, percebendo o que acontece no ambiente de trabalho clínico que pode ser levado para o ambiente escolar, em relação ao Plano de Ensino Individual e estruturação de propostas acadêmicas.

Sendo assim, este trabalho de cunho monográfico foi estruturado em dois capítulos, sendo que no Capítulo I destacou-se a inclusão escolar de alunos com deficiências, nas escolas regulares acontece de forma gradativa e incipiente. Na maioria das vezes, a escola não se sente preparada e os professores ao serem surpreendidos com a necessidade de incluir um aluno, até buscam aprimorar seus métodos e criar materiais, priorizando da melhor forma possível para os atendimentos aos alunos no processo de aprendizagem inclusiva.

Porém, infelizmente com a falta de formação e de políticas que aperfeiçoem o processo, todo esforço pode ser em vão.

Já no Capítulo II, destacou-se que se precisa exigir uma mudança educacional, onde educadores possam ter maiores conhecimentos sobre como realmente lidar com o diferente, pois a educação inclusiva é muito nova e todos os profissionais ainda estão vivendo o momento da insegurança e preciso avançar buscar novos conhecimentos, novas tecnologias para que possamos assim resolver pelo menos parcialmente o problema da inclusão. Na perspectiva de o especial da educação, a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade de ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula, (MANTOAN, 1997).

## **CAPÍTULO I**

### **A INCLUSÃO: CONCEITO CONCEPÇÃO, PROCESSO, EVOLUÇÃO E LEGISLAÇÃO**

A abordagem e a prática do processo de ensino e aprendizagem da educação inclusiva remetem para fatores polêmicos, e para reflexão de que o sistema de ensino regular se encontra limitado ao atendimento do aluno com necessidades especiais. Considerando o desenvolvimento do processo da inclusão de alunos com Necessidades especiais, este estudo tem grande relevância, tendo em vista a importância de incluir que enfatizam para os profissionais da educação, para a família e para o aluno com necessidades educacionais especiais (NEE).

A inclusão escolar de alunos com deficiências, nas escolas regulares acontece de forma gradativa e incipiente. Na maioria das vezes, a escola não se sente preparada e os professores ao serem surpreendidos com a necessidade de incluir um aluno, até buscam aprimorar seus métodos e criar materiais, priorizando da melhor forma possível para os atendimentos aos alunos no processo de aprendizagem inclusiva. Porém, infelizmente com a falta de formação e de políticas que aperfeiçoem o processo, todo esforço pode ser em vão.

Portanto, ao se fazer o mínimo adequado o papel da escola é: Definir atividades e procedimentos de interação social, que envolvam os alunos, funcionários, corpo docente, e gestores; viabilizar espaços inclusivos de acessibilidade; atentar para que as atividades extraclasse nunca deixem e atender os alunos com necessidades especiais. Dessa forma adaptar o Planejamento Pedagógico Escolar (PPP) para receber o aluno da inclusão.

Por isso que, no PPP, que é um documento de registro do planejamento escolar, deve constar a importância que a escola dá para o atendimento das crianças com NEE, com isso se deve pensar: A estrutura para receber essas crianças; o aproveitamento das verbas destinadas a cursos de formação em relação a inclusão e dentre outros instrumentos essenciais. A inclusão escolar não é simplesmente matricular, é apropriar as assistências a educação de todos, portando, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos com a necessidades especiais (BRASIL, 1994).

Os professores em formação pedagógica e os profissionais da inclusão precisam de muitos treinamentos, cursos, especialização na área que atende os alunos com necessidades especiais dando-lhes melhores oportunidades de crescimento e aprendizado. É importante fixar que a escola como espaço inclusivo, pode considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção, no sentido de diversas adaptações para que a inclusão aconteça de fato.

Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola Inclusiva e o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aquela deficiência desvantagens severas, (BRASIL, 1994, p. 6).

A inclusão na escola remete a um processo de transformação do contexto no qual o sujeito com necessidades especiais deixa de sofrer exclusão e passa a ser incluído, para o autismo esse processo é de estruturação e adaptação de materiais e atividades objetivas. O trabalho com a educação inclusiva precisa ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições da escola e como a aprendizagem ocorre, para viabilizar a integração entre educação regular e especial (ARRUDA, 2014).

Em geral essa é uma discussão recente e é um desafio que a maioria dos professores não estão dispostos a enfrentar, pois caberia ao professor se importar com a elaboração de planejamentos de aula que atendam também ao sujeito com necessidades especiais. A ação de replanejamento, adicionando momentos em que todos sujeitos possam apresentar resultados parecidos nos trabalhos e atividades escolares, é um desafio árduo, precisa ser pensado com certa frequência pois isso mudaria o conceito de educação escolar inclusiva. O documento elaborado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, trata da adaptação do planejamento de ação em educação especial, em que a equalização de oportunidades para pessoas com deficiências traça aspectos importantes a serem norteadores da educação inclusiva.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem, (BRASIL, 1994, p. 4).

A crença de que os planos educacionais regulares caberiam ao ensino inclusivo, prova que não há reconhecimento do sujeito com necessidades especiais, para entender sua necessidade e atendê-la.

Segundo Mantoan (2003), para reconstrução da escola de qualidade para todos é necessário haver uma mudança de paradigmas, onde a escola inclusiva seguiria um novo modelo e princípios norteadores. Isso implica em referencial a partir da análise do comportamento aplicada *Applied Behavior Analysis* (ABA) e trazendo um novo olhar para lidar com o desafio de incluir.

A constituição federal prevê no artigo 208, primeiro parágrafo que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo” e ainda destaca no artigo 208 sobre o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência ser preferencialmente na rede de ensino regular. O que implica diretamente na inclusão escolar, o local onde ela precisa acontecer de fato, para que haja aproveitamento de políticas públicas da educação.

A inclusão, porém, é um direito pensado para que o sujeito com NEE seja preparado para a sociedade e consiga produzir, essa preparação para a vida em sociedade é exatamente o papel da escola. Entre diversas políticas da inclusão as destinadas a educação se mostram mais eficazes, por isso o aro de incluir acontece na escola. Para isso deve se repensar as concepções de ensino e pautar o planejamento e ação baseados em evidências científicas.

Para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, também, que se tenha preocupação e cuidado com a linguagem que se utiliza. Afinal, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, aceitação, respeito ou preconceito e discriminação em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características.

Segundo Sasaki (2006) se, desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, é imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos. Sabemos que os termos podem ser considerados corretos ou incorretos, em função de diferentes valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, com o decorrer do tempo, mudam-se os valores, mudam-se os conceitos e, mudam-se também, os

termos. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados.

Sasaki (2006) ressalta ainda que isto pode, também, causar resistências contra mudanças de paradigmas como o que está acontecendo, por exemplo, com os termos 'integração' e 'inclusão' em todos os sistemas sociais comuns. No Brasil, têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assunto relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas discriminatórias. A expressão 'necessidades educacionais especiais' tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc., tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras.

Segundo a Deliberação nº 02/03 - CEE, a terminologia 'necessidades educacionais especiais' deve ser utilizada para referir-se às crianças e jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Assim, a terminologia necessidades educacionais especiais podem ser atribuídas a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências (CARVALHO, 2004).

Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou se deslocar o foco do 'especial' do aluno direcionando-o para as respostas educacionais que eles requerem, ou seja, evita-se enfatizar os atributos ou condições pessoais que influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização e ressalta-se a importância do papel da escola em atender cada aluno nas suas especificidades. Desta forma, quando nos referimos às necessidades educacionais especiais devemos ressaltar o papel da escola nesse processo em atender ao aluno e não nas dificuldades que ele apresenta.

É importante reafirmar que as 'necessidades especiais', não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas sim às exigências de ampla

acessibilidade que realmente possa oportunizar condições de independência e autonomia desses indivíduos. Portanto, para que as mudanças ocorram significativamente, independente da terminologia empregada, se faz necessário provocar reações diferentes no pensamento e no sentimento das pessoas, ou seja, trata-se de uma verdadeira tomada de consciência desta 'aparentemente nova' realidade. A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico.

Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema.

O que se percebe é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir. Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que se precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, a uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos (SASSAKI, 2006).

Com a Resolução n. 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º, Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Na interpretação de Mantoan (1997), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos, independente de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças. Com certeza, de modo geral, as escolas têm conhecimento das leis acerca da inclusão bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação

Numa concepção histórico-crítica, segundo Sasaki (2006), o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem. Na verdade, cabe-nos até, alguns questionamentos: a oferta de ensino aos alunos com necessidades especiais na rede regular deve acontecer porque está na Lei, ou porque acreditamos em suas condições de aprendizagem real? Devemos incluí-los porque nos causam pena ou porque vemos neles a possibilidade real de participação e contribuição na sociedade.

Mantoan (1997) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas.



É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais. Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua não preparado para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível. Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo.

Sempre existiram pessoas com deficiência, mas antigamente elas eram tratadas como animais, viviam em celas as famílias não as queriam em seus convívios eram pra eles uma vergonha ter pessoas com deficiência na família. Com o passar do tempo a igreja foi recebendo essas pessoas em casa chamadas naquela época de sanatório reconhecida para nos hoje como casa pra loucos e difícil de imaginar que existisse esse tipo de coisas mais infelizmente era real. E foi na década de 1970 que a inclusão começou a ganhar força e ser entre aspas aceita por nós, (MANTOAN, 1997).

Na década de 1970 a normalização passou a significar o processo de normalizar serviços e ambientes e dar condições de vida melhores aqueles seres humanos e ainda oferecer aos portadores de necessidades especiais condições de vida igual ao resto da sociedade.

Segundo Mantoan (1997, p. 120) “a normalização visa tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”.

A partir daí, pode-se começar a perceber que o Brasil e as pessoas em geral começa a lutar por melhorias relacionadas as pessoas com deficiências. Melhorias as quais inclui dar melhores condições de vida, incluir elas em uma sociedade a qual aceite elas como realmente são e é ai que se começa uma incansável busca a novos conhecimentos para facilitar a vida dessas pessoas, e diminuir um pouco do preconceito esse que já vem se arrastando ao longo dos anos.

Toda pessoa com deficiência tem total direito a tratamento médico, psicológico e funcional. É importante também lembrar da reabilitação social, a educação e a assistência ao aconselhamento. Pois não basta acabar somente com o preconceito de quem está fora mas também daqueles que possuem a deficiência, pois além de serem os maiores interessados, muitas das vezes são também os mais preconceituosos. Os médicos e os profissionais da educação vêm sendo responsáveis pela resistência da sociedade em aceitar as mudanças de incluir as pessoas com deficiência em seus mundos para que essas possam buscar novas formas de conhecimentos tanto na vida social como na educação. A sociedade criou em sua mentalidade uma forma de expressão que para incluir as pessoas com deficiência bastaria lhe dá alguma coisa que elas tivessem aptas a fazer que assim estaria tudo bem. Precisa-se sim mostrar que eles podem viver em sociedade, mas precisamos acima de tudo mostrar a eles que eles são capazes de ir além daquilo que já foi proposto, (MANTOAN, 1997).

A ideia de incluir surgiu para banir a de excluir a qual foram por longos anos submetidos às pessoas com deficiências. A exclusão ocorria a todas as pessoas com deficiência elas eram proibidas de praticar quaisquer atividades, porque a alguns nos atrás elas eram consideradas como invalidas sem utilidade nenhuma para a sociedade.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas com deficiências, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridades, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigos, alimentos, medicamentos e algumas atividades para ocupar o tempo ocioso (SASSAKI, 2006, p. 19).

Com esse processo as Instituições foram se especializando para atender todos os tipos de deficiência, se adequando a cada uma delas. E na década de 1970 começaram a fazer com que essas instituições fossem mais bem preparadas, e isso significa criar para as pessoas com deficiência melhores condições de vida. Mas para que esse processo dê certo e preciso também que se trabalhe nas pessoas com deficiência a autonomia ensinando-os a andarem com as próprias pernas, terem suas próprias escolhas. A autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. “O grau de autonomia resulta da relação entre o nível de prontidão físico-

social da pessoa com deficiência e a realidade de um determinado ambiente físico-social”, (SASSAKI, 2006, p. 35).

Pode ser que a pessoa com deficiência não consiga transpor todas as barreiras colocadas em seus caminhos, mas só o fato deles perceberem que são capazes que podem caminhar sozinhos isso pra eles já se torna uma grande vitória. Mas essa conquista eles adquirem com o tempo, com a luta do dia a dia e essa luta que eles não lutam sozinhos eles lutam com a ajuda de profissionais preparados para cada momento vividos por eles. É difícil se viver a inclusão sim e muito, mas cada conquista, cada avanço que eles tem e muito gratificante para cada profissional.

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula de ensino regular, (MANTOAN, 1997, p. 19).

É preciso inserir aluno que já foram excluídos, a uma nova forma de vida e não deixar ninguém de fora das escolas regulares, pois as escolas inclusivas propõem um modo de organização educacional que visa às necessidades dos alunos especiais. Precisam-se buscar mudanças não somente aos alunos com deficiência, mas também para aqueles com dificuldades de aprendizado, pois todos nós sabemos que a maioria do fracasso escolar vem de alunos que não passaram pelo ensino especial, mas que provavelmente acabaram nele.

Precisa-se exigir uma mudança educacional, onde educadores possam ter maiores conhecimentos sobre como realmente lidar com o diferente, pois a educação inclusiva é muito nova e todos os profissionais ainda estão vivendo o momento da insegurança e preciso avançar buscar novos conhecimentos, novas tecnologias para que possamos assim resolver pelo menos parcialmente o problema da inclusão. “Na perspectiva de o especial da educação, a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade de ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”, (MANTOAN, 1997, p. 20).

É necessário buscar novas saídas, ir fundo nas causas do fracasso esse o qual relutamos em aceitar, essa é a oportunidade que temos de reverter essa situação entender o porquê de tal acontecimento, sempre avaliamos os alunos no que eles aprenderam será que não seria o momento de avaliarmos o que eles

deixaram de aprender e a partir daí começar um novo trabalho, pois é fácil avaliar aquilo que já foi feito o primordial agora seria avaliar porque deixamos de aprender algo.

Atualmente os profissionais estão habituados a repassarem seus problemas, suas dúvidas, aos outros profissionais assim não fica só em nos o problema do não fui capaz, não consegui. Por tudo isso, a inclusão é um produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos de ideais, permanentes essenciais, (MANTOAN, 1997).

Não se pode deixar de dizer que o novo processo educativo não mais será entendido como um processo igualitário geral da educação geral. Mas que o aluno que apresenta deficiência será tratado com a devida atenção que ele merece e terá toda uma estrutura preparada e planejada para ele.

Os direitos humanos têm discutido grandes debates teóricos e neste sentido é com grande propriedade que Carvalho (2004), ensina que os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem. Para tanto é necessário entender que essa luta deve ser global, devemos olhamos todos em uma mesma direção, deixarmos percebermos a importância que a reivindicação de direitos exerce sobre nós, até que ponto somos os capazes de lutar por uma causa, como essa? Fala de inclusão é muito complexo e relativa, cada um tenta explicar a inclusão de uma maneira sem ao menos buscar sua essência, não basta enchermos nossas salas de aulas de crianças especiais sem ter um suporte técnico, e psicológico para oferecer a essas crianças.

O momento atual é de construção. De fato, a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com a experiência de cada professor. "Mas não existe formação dissociada da prática. Estamos aprendendo ao fazer", pressões da sociedade para uma educação melhor é essencial também a implantações de praticas políticas e pedagógicas, que se traduza em uma maneira de inclusão participativa e na construção da cidadania. Todas as pessoas com necessidades especiais devem se espelhar no princípio de uma educação para todos, onde não existe o diferente e sim o igual. (BRASIL, 1999).

E frente a essa nova escola que estamos buscando deve existir junto a ela uma instituição que tenha por obrigação atender todas as crianças que ali estão. As escolas devem ser abertas a todas as crianças com deficiência seja ela qual for. A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto de relações, o que determina a sua interação com os diversos grupos sociais. Integração implica reciprocidade. Sob o enfoque escolar, é um processo gradual e dinâmico que pode adotar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos, (CARVALHO, 2004).

Atualmente, para que se torne real a integração em nossas escolas o essencial é se trabalhar todo o conjunto que o processo irá ocorrer do contrário corre-se o risco de ao invés de trabalhar a inclusão se trabalha a exclusão. Os nossos professores estão com medo de viver essa grande realidade onde é preciso viver o novo. Criar experiências, novas vivências.

A muitos anos o processo de inclusão vem se estabelecendo como direito na escola e na sociedade em geral, porém há muitos retrocessos que fizeram com que a inclusão deixasse de incluir e excluísse o sujeito, nesse sentido há muito o que melhorar para que o direito da inclusão seja útil. A lei que já vigora precisa melhorar, se adaptar, e principalmente ser repensada no ambiente escolar. A escola como emblema da sociedade tem o papel principal de fazer com que a inclusão aconteça e seja como um processo em construção constante.

A revista do congresso internacional de educação inclusiva trouxe uma reflexão importante sobre inclusão onde aponta, isso vai desde o ato de aceitar a matrícula desses alunos, perpassa a adequação do ambiente escolar, adequação do currículo, preparação e capacitação dos professores para lidar com todas as situações que envolverão este aluno, até parcerias com entidades que forneçam suporte a educação especial. Com isso é possível afirmar que existe um conjunto de situações que vão levar ao produto da inclusão, e é importante que todo corpo de profissionais docentes se envolva no sentido de entender a inclusão como um processo na educação.

A inclusão vai desde o espaço do pátio até a sala de aula e é crucial para que o aluno se desenvolva e saiba conviver em sociedade, todos os contextos devem ser pensados cautelosamente no sentido de oportunizar a aprendizagem dos sujeitos.

## **CAPÍTULO II**

### **A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO DA SALA DE AULA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

A sala de aula é o local onde toda ação educativa pode acontecer, pois uma parcela da sociedade está presente, com disposições para aprender. A criança da inclusão tem o direito a aprendizagem, no mesmo ambiente e com o mesmo conteúdo, por isso há um conjunto de práticas a se pensar para considerar esses direitos de aprendizagem. Onde os conteúdos serão cobrados com uma metodologia específica e a aprendizagem vai ocorrer com condições diversas.

A inclusão do aluno autista na educação infantil é a maneira mais adequada de proporcionar as mesmas oportunidades que qualquer outra criança terá no decorrer de sua vida, assim como ele poderá vivenciar as intervenções adequadas, intervenções essas que o auxiliarão no desenvolvimento das habilidades e competências asseguradas a todas as crianças e importantíssimas para o viver cotidiano, para a superação das limitações e controle de suas estereotipias, (LABOYER, 1995).

Sobre a educação infantil, onde os aprendizes se inserem no contexto da pesquisa e descoberta, sendo acompanhados pelo professor com registros e impressões. Segundo a Base Nacional Comum Curricular, (BRASIL, 2018), conviver, expressar, brincar, participar, conhecer-se e explora; são os direitos de aprendizagem e então devem ser pensados diversos contextos de ensino. O que implica considerar todas as condições para que a aprendizagem ocorra, de modo que as crianças autistas precisam de um olhar atento por parte do professor para que sejam atendidas nas atividades propostas.

A criança da inclusão não pode ser considerada como um desafio, como forma de limitar ela a isso, é importante que os educadores tenham em mente que é também um sujeito a aprendizagem e a socialização e digna dos direitos que são expostos na constituição. É notável que existem barreiras a serem enfrentadas, que implicam ao comportamento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Autismo é um transtorno complexo que afeta o desenvolvimento do cérebro, envolvendo atrasos e comprometimentos nas áreas de interação social e linguagem incluindo uma ampla gama de sintomas emocionais, cognitivos, motores e

sensoriais, (GREENSPAN; WEIDER, 2006). Dada a complexidade do TEA é preciso ter um olhar atento as necessidades específicas, para melhor atender a criança com autismo.

O professor que tem o papel de planejar e reger a aula, deverá ser responsável por inserir em seu planejamento o caráter da inclusão. Com isso ele precisa traçar um esquema avaliativo para entender que tipo de atividade ele vai precisar elaborar com a criança autista. A avaliação para Libâneo (1994, p. 195) é:

Uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos, são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progresso, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decorrer do processo de ensino, quantitativo ou qualitativo, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório etc.) acerca do aproveitamento escolar. A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim cumpre sua função pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

O Processo de ensino aprendizagem é diferente para a criança com autismo, com isso a avaliação que ocorre todo bimestre com caráter somativo, também deve considerar o caráter diagnóstico e processual ao se pensar no contexto inclusivo, onde as dificuldades da criança com TEA, tem que ser conhecida e levada em consideração pelo professor no ambiente de sala de aula, a avaliação é essencial para averiguar as dificuldades ou barreiras do desenvolvimento da criança e criar propostas de atividades por etapas para que ocorra o aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Avaliar, reavaliar periodicamente e registrar os dados fazem parte do processo avaliativo. Segundo Vertecchi (2016), por um lado, parece haver um consenso de que avaliar é uma ação complexa que requer observação, documentação e consideração para melhorar a abordagem educacional. Sendo assim, existem objeções relacionadas a uma perspectiva mais tradicionalista, que ainda considera a avaliação uma mera prática voltada para o julgamento dos desempenhos.

A avaliação processual, ou o ato de avaliar o processo, pode ser considerado de forma estruturada como manutenção dos conteúdos. Observar o que está sendo trabalhado é fundamental para perceber se o que está sendo ensinado foi apreendido ou precisa ainda de suporte. É nesse sentido que o professor, planejador da aula precisa se atentar, a avaliação.

De acordo com Mantoan (2003), suprimir o caráter classificatório de notas e de provas e substituí-lo por uma visão diagnóstica da avaliação escolar é indispensável quando se ensina a turma toda. Para ser coerente com essa novidade, o professor priorizará a avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações-problema em detrimento da memorização de informações e da reprodução de conhecimentos sem compreensão, cujo objetivo é apenas tirar boas notas e ser promovido.

O reconhecimento do professor das necessidades e a sensibilidade e atenção para questões fundamentais no tratamento do TEA será um diferencial para o aprendizado da criança, em especial, para a criança dos anos iniciais, pois o que é esperado para a criança com desenvolvimento típico é o mesmo que deve ser cobrado para uma criança do desenvolvimento atípico, somente numa velocidade diferente. Com isso a aprendizagem traça um caminho em conjunto com o professor para ser adquirida. Relacionando com a Teoria Vigotskiana, pode-se concluir que:

A distância entre o nível de desenvolvimento atual determinado pela resolução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial determinado pela resolução de problemas sob orientação ou em colaboração com parceiros mais capazes, (VYGOTSKY, 1987, p. 211).

O desenvolvimento de um aprendizado passa pela resolução dos problemas junto com o professor para em seguida ser resolvido independentemente, sem precisar de ajuda. Quando o aprendiz chega ao desenvolvimento proximal ele generalizou o conteúdo e obteve o aprendizado, o que significa que terá menos dificuldades para realizar a atividade sozinho. O mesmo deve ser pensado para a criança com TEA para cada proposta que for realizada e avaliada pelo professor, como uma maneira de facilitar o trabalho do professor. Na educação infantil o fazer didático é indispensável, sobre isso Libâneo (1990) destaca:

A tarefa principal do professor é garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem, através do processo de ensino. Ensino e aprendizagem são duas facetas de um mesmo processo. O professor planeja, dirige e controla o processo de ensino, tendo em vista estimular e suscitar a atividade própria



dos alunos para a aprendizagem. Para compreender corretamente a dinâmica desse processo é necessário analisar separadamente cada um dos seus componentes, (LIBÂNEO, 1990, p. 81).

Nesse sentido, o planejamento do professor deve ser fundamentado visando mediar sua aula com estimulações e artifícios que sejam como ferramentas para alcance dos aprendizados pelas crianças. O que, na educação infantil, será representativo da construção de um vínculo e confiança, em que o professor se esforça para um contato próximo com os aprendizes que são ferramentas fundamentais no processo. E pensado na criança com TEA é uma forma de colocar em prática o esquema de reforço, conceito da análise do comportamento, no qual o aprendiz receberá motivação que o faça perceber o ambiente ao seu entorno, nesse caso a sala de aula, como agradável, para que ele se sinta pertencente e motivado a aprender.

Os desafios serão mais bem enfrentados com o esquema para incentivar a motivação da criança com TEA, pois elas apresentam prejuízos sociais significativos. O professor que construir um bom vínculo e conseguir trabalhar um esquema eficaz de motivação, conseguirá manejar as questões comportamentais que influenciam negativamente o aprendizado da criança, no sentido de mediar e colocar a criança envolvida no aprendizado. A atenção ou reforçador desejado pela criança será entregue nos momentos em que ela se demonstrar engajada na realização da atividade. Para ajudar a inibir as consequências escolares, cabe ao professor potencializar as relações em sala de aula, compreender e mediar o processo através de conversas com o aluno, promover laços afetivos e estímulos que direcionem ao aprendizado, (ARAÚJO, 2021).

Dentre diversas ferramentas que devem ser pensadas pelo professor no planejamento de aula, as adaptações para tornar o ensino mais efetivo à criança com TEA são fundamentais, nesse sentido o planejamento do professor que contém procedimentos metodológicos e recursos deve ser socializado com a família, para que haja uma frequência da aplicação das atividades que contribua para a efetividade dos aprendizados, bem como tarefas para casa. Neste contexto, Cunha, (2016), afirma que família e escola são responsáveis tanto pelas alternativas aos obstáculos naturais surgem na educação quanto pela aplicação dos recursos pedagógicos para as soluções. Trata-se da construção de uma experiência compartilhada de educação e afeto.

A criança com TEA independente do grau de suporte precisa receber um tratamento específico e a rede de ensino regular por lei deverá assegurar: Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Por isso, é importante entender esse contexto no qual o TEA só receberá tratamento por parte da escola, as famílias que possuem menos recursos financeiros não conseguem tratamentos com terapias, o que atualmente é habitual na realidade brasileira, para tanto, Mantoan (2003, p. 30) enfatiza:

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

A escola e a família trabalhando em conjunto facilitarão para que a criança com TEA consiga ser incluída juntamente com as crianças de desenvolvimento típico. Entretanto, escola e família precisam ser concordes nas ações que demandam, principalmente, nos casos de dificuldade de aprendizagem. O mais importante é o educando, (CUNHA, 2016).

A escola, sendo responsável por incluir a criança com TEA ao pensar nas questões que divergem o educando dos demais pode elaborar um Plano de Ensino Individualizado (PEI) que estará atrelado ao plano de ensino geral, para melhor direcionar o assistente que acompanha a criança com TEA em sala, por obrigatoriedade segundo a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que afirma: Será obrigatório o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino por meio de assistência especial em sala de aula aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, quando os pais ou responsáveis apresentarem à direção do estabelecimento de ensino laudo emitido por médico assistente atestando a necessidade do serviço.

O assistente de apoio pode melhor atender a criança direcionando-a ao estruturar atividades e observar como ela se comporta nas situações cotidianas que demandam mais esforço dela, além de garantir que o aprendizado adquirido se perpetue. Isso implica no cumprimento das orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que pontua no inciso IV:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

A responsabilidade recaída sobre a escola implica em considerar as condições possíveis para especialização dos assistentes no ofício de incluir e com isso é necessário o aproveitamento das verbas destinadas aos cursos de formação de professores em âmbito nacional. Tendo como exemplo o programa do ministério da educação, no qual confirma em seu documento orientador que: O MEC/SEESP disponibilizará recurso financeiro e material instrucional aos municípios-pólo, para a execução do Projeto de Formação de Gestores e Educadores, mediante assinatura da Carta de Acordo (Educação Inclusiva: Direito à diversidade).

Diante do exposto acima é notável que o PEI é indispensável na sala de aula que contém a criança com autismo, o profissional da educação ao fazer o PEI considerará todas as especificidades no sentido dos conteúdos e atividades exigidos para a turma. O desenvolvimento do aprendiz será acompanhado pelo professor e executado pelo assistente terapêutico, onde haverá as seguintes etapas: Avaliação e definição de objetivos; a aplicação das propostas ou objetivos; reavaliação das aprendizagens obtidas e avaliação registro do que foi adquirido. Sobre isso o projeto Escola Viva do Ministério da Educação afirma:

Na realidade, alunos com necessidades educacionais especiais devem ter um Plano Individualizado de Ensino, quando se fizer necessário, podendo ser elaborado com apoio do ensino especial no início de sua vida escolar, e por ela atualizado continuamente, em função de seu desenvolvimento e aprendizagem. Esse Plano é o ponto fundamental de sua vida escolar, norteador das ações de ensino do professor e das atividades escolares do

aluno. O Plano deverá, também, ser sequencialmente seguido, independentemente da série em que o aluno se encontre, já que o critério de inserção do aluno na sala de aula regular é a faixa etária do grupo (BRASIL, 2000, p. 24).

Com PEI subentende que a criança com TEA pode possuir: Comportamentos inadequados, comprometimentos, comorbidades e atrasos do desenvolvimento. Por isso ele deve considerar o treino de habilidades que consideram um conjunto de áreas do desenvolvimento, as quais sendo: Motor; cognitivo; acadêmico; cotidiano etc. Deste modo irá atender adequadamente as necessidades de aprendizagem apresentadas pelo educando.

Para elaboração do PEI é essencial um diálogo com os familiares, para avaliar o repertório da criança ao fazer o PEI o profissional deverá socializar com a rede de apoio, que são a família e assistente para que haja o treino constante das habilidades.

O Plano de Aula do professor deverá sempre considerar as necessidades da criança com TEA, para sua participação nas propostas e atividades, devido ao fato de que somente o PEI não irá ser suficiente para incluir a criança no ambiente escolar.

O PEI está disposto como um direito constitucional, é um norteador da prática pedagógica e a melhor forma de trabalhar a inclusão em sala de aula. De acordo com o que está descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em relação as adaptações de acesso ao currículo correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar.

A lei brasileira de inclusão ressalta sobre a organização curricular, no art. 27 destaca que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Projeto Pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais

serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia, planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; o Conselho Nacional de Educação (CNE) dispõe sobre a organização curricular: art. 08. As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns, flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; Deste modo, no Plano de Ensino Individualizado devem constar: Identificação do estudante; Avaliação; Objetivos de curto, médio e longo prazo; Programas de Ensino; Folhas de registro; Recursos; Protocolo de conduta e métodos para adaptação de provas e atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização do trabalho que se pautou em pesquisa bibliográfica e estudo de caso, foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, observando sistematicamente o interesse e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais. Através das observações também realizamos uma análise sobre o cotidiano da escola, verificando até que ponto a escola está realmente sendo um espaço inclusivo.

Com intuito de fazer levantamentos sobre o processo de inclusão escolar para crianças com Transtorno do Espectro Autista a pesquisa considerou como relevante pontuar sobre a estruturação dos conteúdos e materiais, bem como abordagem comportamental, que devem constar no planejamento pedagógico do professor, para que desta forma a inclusão de fato ocorra em sala de aula. Entendendo que o autismo é uma condição que afeta o desenvolvimento global, o que consta pautado em lei deve ter melhor socialização pelas partes que são responsáveis pelo direito à inclusão escolar.

O ambiente escolar e de sala de aula devem estar preparados para receber e acolher a criança da inclusão. Além do objetivo principal, que é compreender como o processo de incluir acontece, é tido como fundamental entender como a criança autista constrói seu aprendizado, de que forma os desafios comportamentais podem ser melhor enfrentados e de que modo o professor de apoio e regente podem contribuir para que os conteúdos sejam eficazes, no sentido de estarem em consonância com o que é trabalhado na fase do desenvolvimento e pensando em adaptar o máximo de atividades que constam no planejamento da turma.

Por isso a construção deste projeto se baseou em autores que constroem o pensamento sobre o autismo no ambiente escolar, tendo também discutido com obras que tratam de abordagem comportamental, com isso implica na concretização do que está pautado em lei. Esses apontamentos estão contribuindo para a formação pedagógica no sentido de inteirar o leitor sobre o acolhimento da criança autista em sala de aula, a compreensão de sua condição e o enfrentamento dos desafios postos, sendo tão necessário mudanças constantes no planejamento do

professor, a qual se responsabiliza pela inclusão no ambiente de sala de aula e muitas vezes pela construção de um plano de ensino individualizado para atendimento das necessidades de aprendizado da criança com TEA. O docente deve observar seu aluno e incentivá-lo com entusiasmo, aproximando-se devagar e sempre com um objetivo traçado. A interação com a família é importante. Laço de companheirismo e solidariedade facilita o trabalho do educador. Muitas ideias vão surgindo quando se conhece e motiva o aluno. O processo pode parecer lento, porém, torna-se eficaz a partir de uma aula planejada e direcionada por metas e objetivos preestabelecidos.

As crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem. A ausência de respostas das crianças autistas deve-se, muitas vezes, à falta de compreensão do que está sendo exigido dela, ao invés de uma atitude de isolamento e recusa proposital. Atividades que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem que agucem a sua consciência sensório motor, fino e grosso, como atividades que utilizem pinças, jogos com botões, garrafas pets, estimulando o toque em materiais fofos, como almofadas, entre outros. É provável que o aluno, no início de seu convívio com o professor, demonstre agressividade, desinteresse, porém, cabe ao educador criar estratégias que diminuam essas problemáticas e conduzir os conteúdos pertinentes ao seu desenvolvimento. Trabalhar com crianças com autismo é um desafio diário. O professor terá que perceber as dificuldades, as limitações e as potencialidades, gostos e estímulos que mais o auxiliarão a atingir os objetivos com esses alunos. As atividades lúdicas são importante para o desenvolvimento social, cognitivo, a capacidade psicomotora e afetiva da criança autista, proporcionando o prazer de aprender e se desenvolver, respeitando suas limitações, assim, tenho a tendência em definir a atividade lúdica como aquela que propicia a plenitude da experiência, assim destaca, (MANTOAN, 2003).

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Cildene Pereira França de. **A mediação pedagógica para a inclusão de alunos com autismo através do modelo ABA**: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental numa escola da rede privada de São Luís - MA. São Luís: Escola Superior de Educação Politécnico de Coimbra, 2021.
- ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v.134, n. 248, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: MEC/SEE, 1999.
- BRASIL. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 15, de 04 de dezembro de 2018**. Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Brasília: MEC/CNE, 2018.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações**. RJ: Vozes, 2007.



CARVALHO, Rosita Édler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREENSPAN, S.; WIEDER, S. **Engaging autism using the floortime approach to help children relate, communicate and think**. Cambridge: Da Capo Lifelong Books, 2006.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. **Relação professor-aluno**: contribuição prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

LABOYER, M. **Autismo infantil**. 2. ed.[s.l.]: Papyrus; 1995

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Coleção magistério, série formação do professor. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado**: o direito de ser, sendo diferente, na escola - por uma escola das diferenças. Curso de Formação Continuada de Professores o AEE. UFC/SEESP/UAB/MEC, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Rosane Costa. **Atitudes e práticas pedagógicas na inclusão do aluno autista na escola**. Simpósio pedagógico e pesquisas em educação, 2019.

PEDROSO, Soraia. **Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil**. Universidade - Unisul. 2017.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.